A política do precariado no mundo do trabalho

ENTREVISTA

Para o sociólogo Ruy Braga, existe uma nova realidade no mundo do trabalho no Brasil, do ponto de vista da relação entre trabalhadores, sindicatos e governo

Elza Fiúza/ABr

Para Braga, com a diminuição da informalidade houve o endurecimento das condições de trabalho

Ricardo Machado e **Andriolli Costa**
de São Leopoldo (RS)

OS QUASE 12 ANOS de atuação do atual governo de situação foram bastante significativos para as mudanças da figura do precariado brasileiro — o proletariado precarizado. A facilitação do registro para abertura de empresas, a simplificação tributária e o acesso ao crédito, por exemplo, colaboraram para a diminuição dos números de trabalho informal. No entanto, como afirma o sociólogo Ruy Braga, houve também o "endurecimento das condições de trabalho, que é a contrapartida desta formalização, um aumento muito acentuado na rotatividade do trabalho e um aumento no número de acidentes laborais".

Em entrevista concedida por e-mail à *IHU On-Line*, Braga aborda a transformação sofrida pelo precariado nos últimos anos. Inicialmente uma "massa, criada pela contratualização, pelo aumento do desemprego e pela desestruturação do mercado de trabalho, foi, de alguma maneira, reabsorvida pelo mercado formal de trabalho nos anos 2000, só que em condições muito degradadas de consumo da força de trabalho", o que, segundo ele, faz com que o emprego criado seja um emprego de baixa qualidade.

O sociólogo trata ainda da atuação e da proximidade dos sindicatos com as políticas governamentais — levando, em partes, a seu esvaziamento das demandas tradicionais e, por outro lado, a uma reativação da mobilização sindical por meio de suas bases. "Essa ação política do precariado brasileiro tende, cada vez mais, a assumir ares de protagonismo. O precariado já é e continuará sendo protagonista em um futuro previsível", defende.

lho nos anos 2000, só que em condições muito degradadas de consumo da força de trabalho. Há pelo menos 20 anos não existe ganho significativo de produtividade na massa de trabalho brasileira, e isso faz com o que emprego criado seja um emprego de baixa qualidade. Existem diferenças entre o precariado dos anos de 1990 e o dos anos 2000. No entanto, há elos de continuidade, de ligações que apontam para processos de permanência desta condição.

De que maneira se dá a relação entre trabalhadores, sindicatos e governo nestes últimos 12 anos? Que reconfigurações a gestão petista trouxe a este cenário?

Existe uma nova realidade no mundo do trabalho no Brasil, do ponto de vista da relação entre trabalhadores, sindicatos e governo. Os sindicatos estão muito próximos das políticas governamentais, em um futuro previsível. As greves nos grandes canteiros de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e PAC-2, que têm ocorrido desde 2011, são um exemplo deste protagonismo. As greves que temos registrado nas cidades, de setores que notoriamente não fazem greve, como é o caso dos garis no Rio de Janeiro, e mesmo de setores sindicalizados, mas muito precarizados em termos de renda e condições de trabalho, como o caso dos professores do ensino fundamental, demonstram, em termos práticos, que o precariado brasileiro é protagonista político.

De que maneira o avanço tecnológico impacta na organização do trabalho precarizado? Que exemplos podem ilustrar essa mudança?

Do ponto de vista do meio ambiente empresarial, o impacto é flagrante.

da especulação imobiliária etc., que acaba protagonizando uma onda de renascimento dos movimentos sociais, que não havia desde as décadas de 1970 e 1980 no Brasil. Hoje a luta pela moradia é uma questão central. Tem também a luta pelo transporte coletivo, pelo direito à cidade, a luta das periferias que se organizam, a luta pela autodeterminação nas periferias, e a luta contra a violência policial aparece nesses coletivos das comunidades. Isso tudo tem um impacto marcante na dinâmica do conflito social no país. Então eu diria que o Movimento dos Trabalhadores Sem-teto, a Frente Nacional de Luta por Moradia, os movimentos que já existiam e vimos emergir notoriamente em 2013, como o Passe Livre, mostram que os movimentos sociais urbanos estão muito vivos e pressionando essa dinâmica social do conflito no Brasil. Por que isso ocorre? O movimento sindical continua muito tradicional, focado em pau-

de suas bases. "Essa ação política do precariado brasileiro tende, cada vez mais, a assumir ares de protagonismo. O precariado já é e continuará sendo protagonista em um futuro previsível", defende.

Como podemos pensar a relação entre Estado e trabalho durante esses quase 12 anos de governo do PT no Brasil?

Ruy Braga – A relação obedece a diferentes níveis. O nível mais celebrado pelo governo é o da formalização do emprego. Nos últimos 10 ou 12 anos houve um processo crescente de formalização, o que significa que uma parte daquela população que estava fora do âmbito dos direitos foi absorvida pelo mercado formal de trabalho, com a criação de milhares de empregos formais, o que é positivo, evidentemente. Trata-se, portanto, de uma tendência positiva. Por outro lado, há um endurecimento das condições de trabalho, que é a contrapartida desta formalização, um aumento muito acentuado na rotatividade do trabalho e no número de acidentes laborais. Isso significa que a formalização como tendência positiva é contrabalançada pelas condições de consumo da força de trabalho que aponta para uma dimensão negativa. Ainda há a incorporação entre os sindicatos, os governistas, principalmente aqueles filiados à Central Única dos Trabalhadores, e o aparelho de Estado, e, além disso, há uma parte da absorção da elite sindical do Brasil pelos fundos de pensão. Há, enfim, uma realidade muito complexa em que há ganhos — a formalização e o aumento da renda — e, ao mesmo tempo, perdas em relação ao endurecimento às condições de trabalho, aliado à incorporação estatal dos sindicatos.

Há diferenças entre o precariado antes e depois do governo do PT? Quais?

Na década de 1990, uma parte importante do precariado foi constituída a partir da reorganização produtiva das empresas, que foi, também, um período de reajuste da economia nacional à globalização capitalista. Isso ocorre em um período de terceirização da força de trabalho muito intenso, associado às tecnologias de informação, à precarização das condições de contrato – o que acabou –, em um contexto de privatização das multinacionais, refluxo dos direitos sociais, aumento do desemprego e da informalização, criando uma massa trabalhadores precarizados. Trata-se de uma marca do mercado de trabalho brasileiro da década de 1990. Essa massa, criada pela contratualização, pelo aumento do desemprego e pela desestruturação do mercado de trabalho, foi, de alguma maneira, reabsorvida pelo mercado formal de trabalho

petista trouxe a este cenário?

Existe uma nova realidade no mundo do trabalho no Brasil, do ponto de vista da relação entre trabalhadores, sindicatos e governo. Os sindicatos estão muito próximos das políticas governamentais, têm influenciado tais políticas e, até certo ponto, têm conseguido pautar questões do mundo do trabalho. Essa proximidade faz com que demandas importantes originárias na base sindical sejam deixadas de lado. Isso naturalmente implica uma reativação da mobilização sindical por meio de suas bases. Há uma situação bastante complexa, na qual esta tendência de mobilização das bases pressiona as cúpulas sindicais, que por sua vez buscam responder a estas pressões, tendo em vista, por exemplo, o aumento do salário mínimo, créditos e garantia de emprego, mas que acabam não dando conta disso e que, de alguma maneira, estimulam as bases a aumentar o nível de pressão. Para tanto, basta pensarmos que, a partir de 2008, existe uma curva do número de greves que só aumenta e que atinge níveis históricos em 2012 e 2013, tendo em vista justamente essa pressão das bases. Tal tensionamento procura responder a realidade degradante do emprego, dos baixos salários que os trabalhadores encontram e pressiona o sindicato, que por sua proximidade com o governo tenta responder às demandas. Porém, o Estado não é capaz de responder a estas demandas, e isso retroalimenta o ativismo de base, o que gera uma situação explosiva de automobilização, que deriva de uma espécie de bloqueio das demandas que vêm do sindicalismo não governista. Um dos exemplos disso é a greve dos garis, na cidade do Rio de Janeiro, uma tendência que se identifica em todo o país, quer seja nos canteiros de obras, quer seja no setor bancário, de serviços, etc.

Pode-se dizer que, atualmente, a força política do precariado está nas bases do movimento sindical? Como ela tem se manifestado nos 12 anos de governo do PT?

Tenho certeza absoluta de que a força política dos trabalhadores depende da ação dos setores mais precarizados, aqueles que de fato experimentam e vivenciam o outro lado do modelo de desenvolvimento econômico, desde o ponto de vista da distribuição de renda e do aumento da massa salarial. Este ponto está relacionado à condição de precariedade em múltiplos setores da classe trabalhadora, principalmente vinculado aos serviços. Essa ação política do precariado brasileiro tende, cada vez mais, a assumir ares de protagonismo. O precariado já é e continuará sendo protagonista

tecnológico impacta na organização do trabalho precarizado? Que exemplos podem ilustrar essa mudança?

Do ponto de vista do meio ambiente empresarial, o impacto é flagrante, uma vez que o processo tecnológico é responsável pelo processo de terceirização, de transformação da empresa, outrora centralizada e hierarquizada, em uma organização em rede, centralizada pelas finanças e que multiplica os dispositivos de controle. Isso faz com que a massa de trabalhadores submetidos a condições contratuais ou salariais, que são piores que as do passado, aumente. As terceirizações são um exemplo disso. Normalmente as empresas contratadas oferecem condições de trabalho piores do que as que se verificavam no interior das empresas contratantes. Atualmente, ao olharmos para grandes canteiros de obras — de Jirau a Belo Monte —, o que se vê é uma miríade de empresas trabalhando em volta delas, onde há trabalhadores com as mesmas características e funções, mas cada um deles recebendo um salário diferente. Isso gera uma fragmentação contratual muito grande dessa massa de trabalhadores, gerando um cenário mais complexo da organização sindical, da composição dos trabalhadores e que, evidentemente, leva a uma tendência e aprofundamento do uso das tecnologias.

> "Há, enfim, uma realidade muito complexa em que há ganhos — a formalização e o aumento da renda — e, ao mesmo tempo, perdas em relação ao endurecimento às condições de trabalho, aliado à incorporação estatal dos sindicatos"

Tendo em vista o enfraquecimento do movimento sindical no que diz respeito ao envio das demandas dos trabalhadores às instâncias competentes, como o Estado, por exemplo, ficou a cargo de quem o espaço de tensionamento social que em outras décadas era ocupado pelos próprios sindicatos?

Eu não tenho dúvida de que esse espaço foi ocupado pelos movimentos sociais urbanos. Atualmente, há um conflito urbano que está muito associado ao problema de espoliação do solo urbano, da acumulação em setores da construção civil,

já existiam e vimos emergir notoriamente em 2013, como o Passe Livre, mostram que os movimentos sociais urbanos estão muito vivos e pressionando essa dinâmica social do conflito no Brasil. Por que isso ocorre? O movimento sindical continua muito tradicional, focado em pautas que são mais tradicionais, associadas à questão salarial, ao pagamento de direitos que não estão sendo respeitados, problemas relativos às dinâmicas internas, privadas das respectivas empresas e locais de trabalho. Quem tem assumido um protagonismo público são os movimentos sociais urbanos, na luta por direitos, por moradia, por acesso às cidades, por uma vida digna, menos precária nas periferias, e, principalmente, as mobilizações contra a violência policial. Esta última tem se tornado um modelo de regulação do conflito urbano.

De que maneira essa mobilização urbana gera impacto no mundo do trabalho?

Gera impactos no mundo do trabalho, pois as pessoas que participam destes movimentos também são trabalhadores. Estão empregados em condições de remuneração precária e isso tudo faz com que o ciclo se feche. As demandas por aumento salarial e por uma vida mais digna na cidade, nas periferias, a luta pela moradia se articula com a luta por melhores condições de trabalho. Há um grande ciclo de mobilizações pelas causas da população subalterna do país. *(Colaborou Cesar Sanson) (IHU On-Line)*

Boitempo

QUEM É

Ruy Gomes Braga Neto é especialista em Sociologia do Trabalho e leciona no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, onde coordenou o Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic). É autor do livro *A política do precariado* (São Paulo: Boitempo, 2012).

Resgate de imigrantes indica avanço de escravidão na Grande São Paulo

EXPLORAÇÃO
Em Itaquaquecetuba, ao todo, 14 pessoas – 9 homens e 5 mulheres – viviam em oficina apertada, quente e abafada, e recebiam por produção de cinco centavos a três reais por peça costurada

Sabrina Duran
de Itaquequecetuba (SP)

Fotos: Sabrina Duran

Oficina estava em funcionamento quando a fiscalização chegou ao local

Cinco crianças e dois bebês viviam no alojamento

UMA DENÚNCIA anônima levou a Gerência Regional de Guarulhos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a libertar 14 pessoas – 9 homens e 5 mulheres – submetidas a condições análogas às de escravos em oficina de costura em Itaquaquecetuba, município na Grande São Paulo, distante cerca de 43 km do centro da capital paulista. O resgate aconteceu em 14 de março. Todos eram imigrantes bolivianos e estavam submetidos a jornadas exaustivas de trabalho, costuravam e viviam em ambientes sem condições mínimas de higiene, conforto e segurança, não eram registrados – a maioria não tinha carteira de trabalho –, e alguns estavam com os salários atrasados há pelo menos dois meses.

A ação foi coordenada pelo auditor fiscal Sergio Aoki, que contou com o apoio dos auditores fiscais Elisabete Sasse e Eduardo Halim José do Nascimento, da Regional de Guarulhos do MTE. Também participaram os procuradores Marco Antonio Tura e Ruy Fernando Cavalheiro, da Procuradoria Regional do Ministério Público do Trabalho em Mogi das Cruzes (SP). Segundo os procuradores, nos últimos cinco anos nenhum caso de escravidão contemporânea havia sido tratado pela Procuradoria de Mogi das Cruzes.

A situação é especialmente grave em função da

tação encontrada, vimos que eram notas fiscais antigas. Decidimos visitar as três empresas e pedir uma série de documentos. A conclusão é que a relação econômica entre a oficina e as empresas era pretérita, ou seja, não era atual. Isso significa que, por mais que a gente tenha conseguido vincular as três empresas com a oficina, não foi possível vincular aqueles trabalhadores encontrados em 14 de março de 2014 com as empresas por meio de notas fiscais de 2012, 2013", explicou o auditor fiscal que coordenou a ação Sergio Aoki.

Ele afirmou que, embora não tenham sido autuadas em relação ao uso de mão de obra escrava, elas não estão livres de serem investigadas por outras irregularidades, como a terceirização de atividade-fim. "Nós, que somos [do MTE] de Guarulhos, não temos a competência de autuar empresas do Brás, mas vamos reportar o caso à superintendência", informou o auditor.

O oficineiro foi autuado pela falta de registro dos trabalhadores, falta de pagamento, por jornada excessiva de trabalho e problemas relacionados à higiene, saúde e segurança dos homens e mulheres vinculados à oficina

Na mesma situação

A operação de fiscalização durou cerca de seis horas e se estendeu a um sobrado em frente ao galpão. Era uma casa alugada pelo empregador para alojar os demais trabalhadores e seus familiares – no fim da fiscalização, a casa passou a abrigar também, de forma provisória, os costureiros que viviam no galpão recém-interditado. As condições de moradia ali eram ainda piores do que as encontradas no outro alojamento. Não havia cozinha, e a comida era preparada em um fogão instalado no quintal da casa. Quartos e salas sujos, um único banheiro para quase todos os moradores, chuvei-

A situação é especialmente grave em função da presença de crianças no ambiente em que o grupo trabalhava e vivia

Fezes de gato no banheiro: cheiro de esgoto era sentido em toda a casa

"O trabalho escravo urbano está se expandindo para além dos grandes centros, do Bom Retiro, do Brás [zonas centrais da capital paulista], e indo para a Zona Leste; chegou no Itaim e percebemos que já já vai chegar aqui", analisa o procurador Ruy Fernando Cavalheiro. Segundo ele, os infratores vão indo para mais longe para fugir da fiscalização. "O longe de hoje é Ferraz de Vasconcelos, Poá, Itaquaquecetuba. O longe de amanhã pode ser São José do Rio Preto, a área urbana desses lugares", conclui.

O avanço é visto com preocupação pelas autoridades, atentas ao perfil econômico da região, de indústria de peças, celulose e sítios e roças de agricultura familiar e de subsistência. Na capital, o número de casos nos bairros mais distantes da região central têm aumentado, e, se antes as denúncias ocorriam no Bom Retiro e Brás, hoje são cada vez mais comuns os casos na Zona Norte e no extremo da Zona Leste da cidade, havendo ocorrências inclusive em municípios vizinhos como Itaquaquecetuba.

Nesse caso específico, as péssimas condições a que estavam submetidos os trabalhadores escravizados chamaram a atenção da equipe. A situação é especialmente grave em função da presença de crianças no ambiente em que o grupo trabalhava e vivia.

Insegurança, sujeira e crianças

Em meio a pilhas de camisetas, bermudas e moletons, entre linhas, papéis, sacolas e garrafas plásticas espalhadas pelo chão, seis pessoas trabalhavam no momento em que os auditores e procuradores chegaram à oficina, por volta de 10h30. Com apenas duas janelas e quase nenhuma ventilação, o ambiente era quente e abafado. O teto de tijolo baiano tinha goteiras e fissuras – em algumas partes o tijolo estava quebrado e podia se desprender.

Com infiltrações e teias de aranha, as paredes denunciavam falta de manutenção do edifício de longa data. Algumas das cadeiras sobre as quais trabalhavam os imigrantes estavam com a espuma velha, rasgada; algumas tinham "gambiarras" feitas com almofadas para ficarem mais confortáveis. Entre cadeiras e máquinas, de joelhos sobre o chão, uma menina de cerca de quatro anos, filha de um casal de trabalhadores, desenhava sobre um caderno. Pequenas como ela, outras crianças chegaram ao galpão com suas mães durante o horário de saída escolar, por volta de meio-dia.

Além de oficina, o galpão também servia de alojamento a pelo menos seis dos cerca de 17 trabalhadores e seus familiares – incluindo cinco crianças e dois bebês. Uma escada íngreme e sinuosa levava ao andar de cima do galpão, onde uma mulher boliviana cozinhava o almoço dos costureiros e cinco homens assistiam à TV numa sala com cerca de 12 metros quadrados. Fios expostos, ausência de ventilação, sujeira, cheiro de esgoto, quartos apertados e mal-iluminados, ausência de móveis básicos, como armário, além de botijão de gás dentro do alojamento entraram na lista das condições degradantes em que os imigrantes viviam. Apesar das centenas de quilos de tecido, papel e plástico no galpão, além da fiação exposta e do botijão de gás, não havia extintores no local. No mesmo dia, o galpão foi interditado pelos auditores.

Cinco centavos por peça

A *Repórter Brasil* conversou com os costureiros, a maioria deles com idades entre 20 e 30 anos. Todos os entrevistados afirmaram trabalhar cerca de 12 a 14 horas por dia na oficina, de segunda a sexta-feira; quatro horas aos sábados e folga aos domingos. As refeições eram feitas ali mesmo, ou nos quartos dos alojamentos. Era o próprio empregador, segundo os trabalhadores, quem fornecia a comida. Arroz, feijão, sal, açúcar e óleo eram comprados pelo oficineiro. A carne, porém, ficava por conta dos funcionários.

Não havia um salário fixo, disseram. Cada trabalhador recebia por peça, e os valores variavam de acordo com o tipo de costura realizada, mais ou menos complexa – colocação de bolsos e fechos, por exemplo. Os valores das costuras podiam variar de cinco centavos a três reais por peça. Com isso, o saldo médio de um trabalhador daquela oficina era algo em torno de R$ 500 e R$ 800.

Uma jovem de 22 anos que amamentava a filha de oito meses sentada entre as máquinas de costura disse que ela e marido recebem, juntos, R$ 1000 por mês – eles têm ainda uma filha de três anos. Outra costureira, 33 anos, foi a primeira dos entrevistados a dizer que o empregador não lhes pagava havia dois meses. "Quando pedimos dinheiro ele [o oficineiro] diz que não há, então pegamos vale".

Fios expostos, ausência de ventilação, sujeira, cheiro de esgoto, quartos apertados e mal iluminados, ausência de móveis básicos, como armário, além de botijão de gás dentro do alojamento entraram na lista das condições degradantes em que os imigrantes viviam

Responsabilização

A oficina, uma linha de produção com 22 máquinas de costura, pertence a um boliviano que servia de intermediário entre os trabalhadores e pequenas confecções e vendedores ambulantes que contratavam os serviços de costura. O MTE já fez a rescisão dos contratos dos trabalhadores, emitiu as guias de seguro-desemprego e as carteiras de trabalho provisórias. O oficineiro foi autuado pela falta de registro dos trabalhadores, falta de pagamento, por jornada excessiva de trabalho e problemas relacionados à higiene, saúde e segurança dos homens e mulheres vinculados à oficina.

Durante a fiscalização, foram encontradas notas fiscais em nome de pelo menos três pequenas confecções do Brás, região central da capital paulista conhecida pelo comércio têxtil. Não foi possível, no entanto, responsabilizá-las pelo flagrante de uso de mão de obra escrava. "Ao analisar a documentação contradas no outro alojamento. Não havia cozinha, e a comida era preparada em um fogão instalado no quintal da casa. Quartos e salas sujos, um único banheiro para quase todos os moradores, chuveiro com fiação exposta, quartos sem janela nem divisórias compartilhados por casais com filhos.

O oficineiro também vivia na casa com a esposa e a filha pequena. Os três tinham dois quartos privativos e um banheiro, que eram, de longe, os cômodos mais sujos do alojamento, com roupas espalhadas pelo chão, papéis, poeira, baratas, além de fezes de gato no ralo do banheiro privativo. O cheiro de esgoto era onipresente em toda a casa. "É escravo escravizando escravo. Não há nenhuma grande grife por trás deles", disse o procurador Marco Antonio Tura, que encaminhou o caso para a Polícia Federal para que as devidas providências sejam tomadas na esfera criminal em relação ao dono da oficina.

Segundo Maria Aparecida dos Santos, responsável por receber o dinheiro do aluguel e repassá-lo à proprietária do imóvel que mora no Paraná, o oficineiro estava há dois meses sem pagar o aluguel. "Ela [a proprietária] já pediu a casa, até pôs placa de venda", disse Maria Aparecida. A informação foi endossada por José Claudemir, proprietário do galpão onde está instalada a oficina de costura e o segundo alojamento. Segundo ele, o oficineiro não pagava o aluguel há dois meses. A oficina funcionava naquele local pelo menos desde 2012.

Conselho tutelar e polícia

Por causa da presença de crianças na oficina e da condição dos trabalhadores, foram chamados o Conselho Tutelar e o CREAS de Itaquaquecetuba (Centro de Referência Especializado de Assistência Social). "Vamos cadastrar as famílias para ter a referência de alguma futura necessidade social. Com esse cadastro, qualquer posterior contato, necessidade por parte das famílias, a gente é acionado", informou o coordenador do CREAS, Juarez Alves. Durante a operação, não foi identificado trabalho infantil.

De acordo com as conselheiras tutelares Lilian Cristina de Assis e Patrícia Pereira de Lima, os dados levantados pelo CREAS servirão também ao Conselho. "Vamos convocar as famílias para que não haja nenhum risco quanto a não garantir os direitos da criança e do adolescente", explicou Lilian. "Cada família vai ter uma pasta no Conselho Tutelar e vamos verificar frequência escolar [dos menores], se estão desnutridos, se têm hematoma no corpo. A gente vai também encaminhar ao Ministério Público para que eles saibam o que aconteceu aqui". *(Repórter Brasil)*